

COMPORTAMENTO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL E A LEGIBILIDADE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

1 INTRODUÇÃO

As organizações estão inseridas em um mercado globalizado e competitivo, que enfrenta mudanças econômicas, políticas, sociais, culturais, entre outras, que ocorrem em uma velocidade cada vez maior. Diante de todas essas situações e incertezas, as empresas de um modo geral, têm o grande desafio de se adaptar e lidar com as inúmeras transformações do cenário empresarial, além de ser um grande diferencial no seu meio de atuação e ser destaque para os consumidores que estão cada vez mais exigentes (SERTEK; GUINDANI; MARTINS, 2012).

Nesse sentido, as organizações buscam construir constantemente sua reputação no mercado, desenvolvendo práticas que englobam características econômicas e sociais, criando valor estratégico e chamando atenção para as suas qualidades e atribuições (WANG; HSIEH; SARKIS, 2017). A reputação para as companhias é valiosa, pois transparece publicamente o valor agregado aos seus produtos, aumenta o interesse por vagas de emprego e provoca influência na decisão do investidor sobre a escolha das ações que pretende investir (AZEVEDO; ENDE; WITTMANN, 2016).

Com isso, o foco das empresas mudou. Anteriormente, a geração de lucro e a alta *performance* era o interesse central, mas com a evolução das preocupações com as atividades sustentáveis e o grande valor percebido em torno delas, as empresas passaram a considerar também os impactos socioambientais causados pelas atividades cotidianas (GUBIANI; SANTOS; BEUREN, 2012).

Mais recentemente, o planejamento estratégico das empresas, especialmente das grandes corporações, passou a considerar o desenvolvimento econômico integrado às práticas sustentáveis. Este posicionamento conduziu à oportunidade da divulgação dos relatórios que demonstrem a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), ajudando a melhorar sua reputação corporativa (ODRIOZOLA; BARAIBAR-DIEZ, 2017; LORETO; AZEVEDO; MARIANO, 2018).

Diante disso, o número de empresas que se envolvem com ações ambientais e divulgam seus relatórios de sustentabilidade (RS), aumentou consideravelmente pelo mundo (FIFKA, 2013). Neste contexto, a *Global Reporting Initiative* (GRI), uma organização internacional independente, que desde a sua criação em 1997, visa conduzir as informações sobre sustentabilidade de maneira efetiva, a fim de melhorar a *performance* de negócios, empresas e governos, divulgou que mais de 6 mil empresas ao redor do mundo realizam seus relatórios de sustentabilidade, incluindo o Brasil, em que 88 das 100 maiores companhias do país, também o fazem (GRI, 2019).

Desde 2017, a Bolsa, Brasil, Balcão – [B]³ divulga a iniciativa “Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, realizado em parceria com a GRI, apresentando os esforços das empresas listadas na Bolsa de Valores do Brasil em publicar RS levando em conta os ODS, um conjunto de 17 objetivos globais definidos em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU). A iniciativa é voluntária e aberta a todas as companhias listadas na bolsa (B3, 2018).

No ano de 2017, os resultados do relatório apontaram que 13% das empresas divulgavam seus relatórios de sustentabilidade, ou seja, das 443 companhias abertas listadas, somente 60 delas declararam que elaboram o relatório contemplando os critérios dos ODS. Em 2018, a [B]³ divulgou um novo relatório, constando que das 437 companhias listadas, 26% divulgaram seus relatórios considerando os ODS, um aumento de 13% se comparado com os resultados do ano anterior. Já em 2019, das 426 companhias listadas, cerca de 24% divulgaram seus relatórios considerando os ODS, ou seja, 2% a menos que em 2018 e 11% a mais que em

2017 (GRI, 2020).

Wang, Hsieh e Sarkis (2017), chamam a atenção para os diferentes formatos de RS e diversos métodos de autoavaliações para as organizações divulgarem suas ações e práticas sustentáveis de RSC. As informações publicadas pelas empresas nos relatórios tendem a influenciar positivamente as partes interessadas, “maquiando a realidade” exposta e escondendo ou diminuindo os pontos negativos de *performance*.

Estudos sobre práticas sociais e ambientais adotadas pelas organizações, bem como a disseminação de seus relatórios de sustentabilidade demonstram ser relevantes em pesquisas acadêmicas, justamente por demonstrarem que essas ações e relatos divulgados possuem contextos duvidosos que omitem informações referentes ao tema, colocando em hesitação a interpretação entre o comportamento socialmente responsável e os impactos originados de suas condutas (GRAY; OWEN; MAUNDERS, 1988; FRANSEN, 2012; MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013).

Ao minimizar a legibilidade dos relatórios, as companhias podem inserir informações em excesso, com a intenção de manipular os resultados a seu favor, ofuscando a veracidade da RSC (LOUGHRAN; MCDONALD, 2014; WANG; HSIEH; SARKIS, 2017). Nesse sentido, empresas com resultados positivos estariam mais propensas a apresentar melhor legibilidade em seus relatórios em comparação às empresas com resultados negativos, impactando nas decisões dos investidores (LUNDHOLM; ROGO; ZHANG, 2014).

Como pode ser observado, a literatura existente induz ao entendimento de que as companhias que divulgam relatórios de sustentabilidade buscam alcançar a reputação de “empresa que reproduz comportamentos socialmente responsáveis”. Entretanto, estudos empíricos que comprovem a influência dessa relação na legibilidade dos RS ainda são escassos. Neste contexto, torna-se relevante entender se as questões associadas ao comportamento socialmente responsável interferem na legibilidade de relatórios publicados por companhias brasileiras de capital aberto.

Diante do exposto, buscou-se responder a seguinte pergunta de estudo: qual a influência dos aspectos relacionados com o comportamento socialmente responsável na legibilidade dos relatórios de sustentabilidade em companhias abertas listadas na [B]³? O objetivo do estudo é analisar se os aspectos relacionados com o comportamento socialmente responsável influenciam na legibilidade dos relatórios de sustentabilidade em companhias abertas listadas na [B]³.

Mota, Mazza e Oliveira (2013) observam que algumas organizações estão sugerindo um “cuidado social” ao prestarem contas das suas ações à sociedade, utilizando da divulgação de informações de práticas sustentáveis com a intenção de criar uma imagem positiva para com os seus clientes e *stakeholders*, se beneficiar das estratégias ambientais para gerar lucros e minimizar problemas que venham a prejudicar a sua competitividade no mercado.

Assim, a importância do estudo está em demonstrar como o comportamento socialmente responsável interfere na legibilidade dos relatórios de sustentabilidade, no âmbito nacional, utilizando os RS como forma de avaliar a legibilidade na comunicação empresarial das companhias de capital aberto listadas na Bolsa de Valores do Brasil.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção apresenta discussões a respeito da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), dos Relatórios de Sustentabilidade e da Legibilidade dos Relatórios de Sustentabilidade, indicando a pertinência da investigação.

2.1 Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

O estudo em torno da RSC compreende a relação existente entre as organizações, funcionários, sociedade, comunidade e governos. Essa relação entre as partes, reflete sobre o papel da companhia na sociedade onde está inserida. O entendimento e conscientização a

respeito de ações voltadas a questões ambientais por parte das empresas é um grande desafio, devido o foco estar concentrado em obter benefícios no meio interno das organizações e não para o bem do meio ambiente. Porém, quando uma empresa adota uma atitude responsável, passa a transparecer uma imagem positiva, consolidando sua marca a longo prazo, possibilitando um crescimento sustentável, reduzindo riscos e gerando valor à organização (OLIVEIRA, 2013; ALVES, 2016).

Frederick (1960) defendeu que a RSC se constitui na utilização de recursos financeiros e sociais para fins sustentáveis e comunitários e que não devem se ater exclusivamente aos interesses próprios da organização. De acordo com McGuire (1963), a RSC faz com que as corporações assumam um comportamento responsável com a sociedade que vai além de suas obrigações econômicas e legais, ou seja, as empresas devem se portar e agir de forma ética e justa nos seus negócios, demonstrando interesse em problemas sociais, educação, sustentabilidade e na comunidade como um todo.

A RSC estabelece relações entre a companhia, a sociedade e o meio ambiente, desse modo, a gestão da empresa deve manter esse relacionamento sempre ativo, para que todos sejam beneficiados (WALTON, 1967). As organizações que não agem de uma maneira socialmente responsável, terão consequências negativas para a sua reputação a longo prazo (DAVIS, 1975).

Assim sendo, a RSC é descrita como um comportamento corporativo, que expressa o dever das companhias de realizar ações sociais e sustentáveis de cunho benéfico para a sociedade como um todo. As organizações que estão engajadas com práticas sustentáveis, divulgam de forma voluntária, seus relatórios corporativos, declarando e comprovando o seu compromisso e as suas ações realizadas que impactam positivamente no meio ambiente. Nesse sentido, através dos resultados expostos, os clientes tomam consciência de que as empresas estão se tornando cada vez mais responsáveis e preocupados com as consequências ambientais, econômicas e sociais (ÖBERSEDER; SCHLEGELMILCH; MURPHY, 2013; ALVES, 2016; WANG; HSIEH; SARKIS, 2017).

No ambiente organizacional existem várias questões relacionadas entre estratégias empresariais que geram lucros e benefícios à sociedade onde as corporações estão inseridas. Essas questões podem ser tanto positivas quanto negativas para ambas as partes. Uma das discussões referente a RSC diz respeito às ações socioambientais de cunho voluntário, que tem por objetivo gerar produtos, serviços e lucros para os *stakeholders* internos e externos, atraindo retorno financeiro para o capital do negócio (CALIXTO, 2013). Mota, Mazza e Oliveira (2013) reforçam o posicionamento ao alegar que, além de gerar lucros, as organizações têm o dever de atuar de forma socialmente responsável.

A RSC é aperfeiçoada de forma ampla com o objetivo de unir três elementos: social, econômico e ambiental, com um maior envolvimento da comunidade. Nesse sentido, as ações ambientais adotadas pelas organizações precisam trabalhar esses elementos conjuntamente, gerando melhorias para a sociedade e o meio ambiente, fortalecendo a consciência de responsabilidade social (SCHONS; STEINMEIER, 2016).

A implementação de práticas de RSC, não é uma atividade com motivações e estratégias semelhantes. Algumas companhias realizam práticas de RSC com firmeza, aperfeiçoando sua estrutura organizacional e alcançando um excelente resultado. Outras empresas podem se envolver com ações de RSC de uma maneira figurativa, menos rigorosa. Essas companhias tendem a buscar vantagens em benefício próprio, por meio da divulgação de informações de RSC, ao mesmo tempo em que não contribuem para tratar de questões socioambientais, o que pode resultar em desempenho inferior, mas “disfarçado” de superior, aos olhos dos seus *stakeholders* (KIM; PARK; WIER, 2012; SCHONS; STEINMEIER, 2016; WANG; HSIEH; SARKIS, 2017).

Apesar de as práticas de RSC tornarem os processos responsáveis e sustentáveis, muitas organizações ainda não conseguiram implementar no seu ambiente empresarial este conceito,

de forma que englobe todas as partes interessadas. A RSC é utilizada de maneira estratégica e está inserida em um mercado competitivo, em que os consumidores tendem a se relacionar com as empresas, cobrando uma postura ética e socialmente responsável (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013).

O interesse das organizações em divulgar práticas de RSC nos relatórios de sustentabilidade tem aumentado consideravelmente, devido às imposições de diversas partes da sociedade (CARROLL, 1999). Diante disso, as companhias passaram a se preocupar com este tema, abrangendo-o em seu RS visando melhorar a sua imagem corporativa no mercado.

2.2 Relatórios de sustentabilidade

Os relatórios de sustentabilidade surgiram a partir de reclamações dos consumidores por comportamentos empresariais responsáveis. Tradicionalmente existem três tipos de relatórios de sustentabilidade: I) Relatórios Sociais, que surgiram na década de 1970, para atender as exigências por balanços sociais voltados a atividades e projetos sociais das companhias; II) Relatórios Ambientais, originados no final da década de 1980, com a intenção de divulgar as ações ambientais e também (em alguns casos) ações voltadas à saúde e segurança; III) Relatórios Anuais, criados na década de 1990, com o objetivo de apresentar dados referentes a pontos ambientais, éticos e sociais das atividades exercidas pelas empresas (DAUB, 2007).

Desde a criação dos relatórios de sustentabilidade, o seu modelo e conteúdo foram sendo adaptados e reformulados pelas companhias, seguindo as transformações do mercado, de acordo com o padrão exigido pela GRI (GRI, 2011). A estrutura da GRI fornece uma padronização ao exigir que os participantes relatem indicadores econômicos, conformidade ambiental, práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto. Dentro dessas categorias e subcategorias, a estrutura da GRI permite que cada empresa tenha flexibilidade para relatar os assuntos de maior relevância para a organização e seus *stakeholders*, mantendo os relatórios em um banco de dados acessível ao público (LANDRUM; OHSOWSKI, 2017).

O relatório é um documento que deve ser publicado e divulgado pela companhia, de forma online, para que a sociedade e as partes interessadas tenham acesso integral ao que foi divulgado, podendo avaliar e fiscalizar os impactos das ações socioambientais da empresa, seu relacionamento com os seus funcionários, com a comunidade em geral e com o governo, seus interesses e intenções em questões políticas, sociais, culturais, econômicas, ambientais e sustentáveis, além de consultar todo o seu planejamento anterior e futuro (FREEMAN; MOUTCHNIK, 2013).

Nesse sentido, o RS é um instrumento muito importante e necessário para as corporações, por propiciar transformações para a gerência voltadas a uma economia global que equilibra as relações éticas, justas e sustentáveis da companhia a longo prazo com o comportamento socialmente responsável, refletindo os pontos positivos e negativos que impactam no seu desempenho de sustentabilidade (PEREIRA *et al.*, 2015).

Desde a adoção voluntária de RS nas décadas de 1980 e 1990, muitas organizações têm se concentrado no propósito de relatar suas práticas socialmente responsáveis. Tem-se argumentado, no entanto, que o objetivo abrangente para o qual as empresas comunicam atividades de sustentabilidade e responsabilidade corporativa é antecipar o aumento do retorno financeiro (FIFKA, 2013). Para Calixto (2013), os relatórios anuais das companhias focam nos benefícios econômicos e no valor que o relatório de sustentabilidade pode trazer para a empresa.

No entanto, a forma como as empresas publicam seus RS, têm se tornado um motivo de preocupação dos investidores. A falta de legibilidade e o excesso de informações contábeis nos relatos empresariais tem se tornado um empecilho na interpretação de informações relevantes pelas partes interessadas (LI, 2008; LAWRENCE, 2013). Sendo assim, percebe-se a importância de os RS serem legíveis, tornando a interpretação do conteúdo mais fácil, melhorando a percepção das informações divulgadas pela companhia e fortalecendo a confiança

do investidor.

2.3 Legibilidade dos relatórios de sustentabilidade

A legibilidade diz respeito à facilidade e clareza de leitura, compreensão e interpretação de um texto escrito (HARRIS; HODGES, 1995). A legibilidades dos dados contidos em relatórios das organizações, pode influenciar na análise das informações incluídas e consequentemente, influenciar os *stakeholders* em relação aos dados corporativos (YOU; ZHANG, 2009; LEHAVY; LI; MERKLEY, 2011).

Curtis (2004) observou que a legibilidade dos dados contidos nos relatórios das organizações decorre de algumas características, a exemplo do conteúdo, formatação e estilo dos documentos, para serem facilmente compreendidos. A difícil compreensão das informações divulgadas pelas empresas pode derivar de uma ação proposital da gerência, principalmente quando a organização não obteve impactos positivos em ações socioambientais, de modo que a gestão opta por camuflar os dados divulgados (LI, 2008).

A principal ação a ser realizada para fácil compreensão e análise dos dados é em relação à dimensão do conteúdo a ser analisado. Nesse sentido, deve ser analisada a temática, o conteúdo, a análise linguística, além de se utilizar estudos de legibilidade (BEATTIE; MCINNES; FEARNLEY, 2004). Quando apresentados de forma confusa ou distorcida, os relatórios impactam de maneira negativa na comunicação eficiente das informações compartilhadas (COURTIS, 1995).

É muito comum ocorrer a introdução de uma quantidade maior de palavras com a intenção de “maquiar” informações contidas nos relatórios e torná-las menos legíveis (HANCOK, *et al.*, 2007; LI, 2008). Além disso, também é comum que as companhias tornem a linguística do texto mais confusa e até mesmo ofusquem resultados negativos ou inexistentes com informações complexas, prejudicando a interpretação e facilidade do relatório (LO; RAMOS; ROGO, 2017; LEHAVY; LI; MERKLEY, 2011).

Neste contexto, a legibilidade dos relatórios de sustentabilidade divulgados pelas empresas torna-se uma discussão importante e necessária, principalmente referente ao compartilhamento e conformidade das informações publicadas (WANG; HSIEH; SARKIS, 2017). Os RS evidenciados pelas organizações são uma plataforma muito relevante na comunicação com seus *stakeholders*, por expressar mais transparência e propiciar tomada de decisões mais assertivas por parte dos gestores referente às ações socioambientais, ainda que a sua publicação seja de forma voluntária e por pressões do mercado corporativo (GOLOB; BARTLETT, 2007).

A qualidade da comunicação divulgada pela companhia possibilita a integração da sociedade e do mercado com a imagem corporativa da organização (GENELOT, 2001). A divulgação das práticas sustentáveis propicia uma otimização nos custos, melhora o fluxo financeiro e valorização das ações da empresa (JIZI, 2017). Segundo Li (2008), a legibilidade dos RS pode variar conforme a *performance* financeira das corporações, evidenciando uma relação negativa entre lucratividade e legibilidade. Assim, empresas que demonstram índices financeiros satisfatórios possuem maior legibilidade nos seus relatórios.

Estudos anteriores evidenciam que a legibilidade dos relatórios tem um nível de compreensão difícil ou muito difícil, apresentando diversas variações de leitura no documento (LI, 2008; BAKAR; AMEER, 2011; STONE, 2011; LAKSMANA; TIETZ; YANG, 2012). Além disso, a literatura existente levanta questões associadas à reputação positiva das organizações no mercado, demonstrando que empresas com um desempenho socialmente responsável, tendem a transparecer confiança e credibilidade para as partes interessadas. Porém, as pesquisas já publicadas no meio acadêmico não apresentam fatos que comprovem a influência dessa *performance* sobre a legibilidade dos RS, tornando-se importante compreender como essa relação interfere no nível de leitura desses relatórios.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com a intenção de atender o objetivo proposto neste estudo, realizou-se uma pesquisa descritiva, do tipo documental quanto ao instrumento de coleta de dados e com abordagem predominantemente quantitativa.

A partir de 2017, a [B]³ passou a considerar o atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na publicação dos Relatórios de Sustentabilidade, conforme a iniciativa “Relate ou Explique”. Considerando esta alteração e o primeiro ano como um período de adaptação, o período definido para análise dos dados equivale aos exercícios de 2018 e 2019, por serem os períodos mais recentes com informações disponíveis no momento da coleta.

A população considerada nesta pesquisa é composta pelas companhias de capital aberto listadas na [B]³, sendo 437 em 2018 e 426 no ano de 2019. A amostra do estudo é formada pelas companhias que divulgaram seus relatórios de sustentabilidade, correspondendo a 125 em 2018 e 121 em 2019, respectivamente. Companhias que não divulgaram os relatórios de sustentabilidade no período analisado foram excluídas. A Tabela 1 apresenta a população e a amostra da pesquisa.

Tabela 1 – População e amostra da pesquisa

População	2018	2019	Total
Companhias listadas	437	426	863
Companhias excluídas	312	305	617
Empresas que divulgaram RS	125	121	246

Fonte: elaborada pelos autores com base no banco de dados Economatica® e [B]³ (2020).

Para a coleta dos dados foram definidas as variáveis que norteiam o estudo, bem como a sua classificação, métricas e a base teórica, apresentadas Quadro 1,

Quadro 1 – Constructo da pesquisa com as variáveis de estudo

Variável dependente	Métrica ou Proxy	Base teórica
Legibilidade dos Relatórios de Sustentabilidade (LRS)	$\text{Índice Flesch} = 206,835 - [(1,015 \times \text{ASL}) - (84,6 \times \text{ASW})]$ $\text{Flesh-Kincaid} = [(0,39 \times \text{média de palavras por frase}) + (11,8 \times \text{média de sílabas por palavra})] - 15,59$	Martins <i>et al.</i> (1996); Cunha (2008); Fernandes e Silva (2009); Souza e Barbosa (2011).
Variável independente	Métrica ou Proxy	Base teórica
Margem Bruta (MB)	$\text{MB} = \text{Lucro Bruto} / \text{Receita Líquida}$	Uyar e Kiliç (2012); Sousa <i>et al.</i> (2014)
Liquidez Geral (LG)	$\text{LG} = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$	Walter; Braga (1979)
Endividamento (END)	$\text{END} = \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante} / \text{Ativo Total}$	Pinheiro <i>et al.</i> (2017); Dallabona e Gonçalves (2018); Lopes, Kaveski, Beuren e Theiss (2019).
Retornos sobre os Ativos (ROA)	$\text{ROA} = \text{Lucro Líquido} / \text{Ativo Total}$	Arminen <i>et al.</i> (2018); Guandalini, Sun e Zhou (2019).
Tamanho (TAM)	Logaritmo natural do ativo total da empresa <i>i</i> no ano <i>t</i> .	Pinheiro <i>et al.</i> (2017); Kouloukoui <i>et al.</i> (2018).
Listada no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)	Variável <i>dummy</i> igual a 1 (um) quando presente no ISE e 0 (zero) quando não listada no índice.	Dias e Barros (2008).
Adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Variável <i>dummy</i> igual a 1 (um) para empresa que abordou os ODS no relatório de sustentabilidade e 0 (zero) caso contrário.	Rosati e Faria (2019).
Complexidade Financeira (FINAN)	Variável <i>dummy</i> igual a 1 (um) quando financeira e 0 (zero) quando não financeira.	Menezes e Galdi (2019).

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Os procedimentos de coleta de dados das variáveis da pesquisa, ocorreram em 6 etapas,

conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Etapas dos procedimentos de coleta dos dados

ETAPAS	DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS
1ª etapa	A coleta de dados da variável dependente (LRS) ocorreu por meio da pesquisa nos sites das organizações da amostra para a coleta dos arquivos de RS referente aos anos base de 2018 e 2019.
2ª etapa	Os arquivos baixados estavam disponíveis em PDF e foram convertidos para a extensão <i>Microsoft Word</i> , usando o conversor <i>PDF to Doc</i> , disponível em: http://pdf2doc.com/pt/ .
3ª etapa	Após a conversão, foram descartados imagens, gráficos, tabelas e texto em língua estrangeira dos arquivos.
4ª etapa	Posteriormente foi realizada a análise do nível de legibilidade dos textos presentes nos relatórios, seguindo os estudos já realizados por Martins <i>et al.</i> (1996); Cunha (2008); Fernandes e Silva (2009); Souza e Barbosa (2011). Para isso, foi utilizado o modelo de calculadora de legibilidade, obtendo-se os seguintes dados: números de palavras, números de sílabas, números de frases, índice de legibilidade e nível de legibilidade, a fim de atender e identificar as interpretações relacionadas às fórmulas de medidas de legibilidade dos Índices de Facilidade de Leitura <i>Flesch</i> (FLF), <i>Flesch-Kincaid</i> (FK).
5ª etapa	Coleta manual das variáveis independentes ISE (no Formulário de Referência) e ODS (no Relate ou Explique) no site da [B] ³ .
6ª etapa	Coleta das demais variáveis independentes FIN, MB, LG, END, ROA e TAM na base de dados Economatica®.

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Após a coleta de dados da variável dependente LRS, foi realizado o cálculo da legibilidade dos relatórios de sustentabilidade. Na literatura existem inúmeros índices para calcular a legibilidade de um documento, por exemplo, índice de legibilidade de *Flesch-Kincaid* (FK), o índice de Facilidade de Leitura de *Flesch* (FLF) e o índice de *Gunning* (GOLDIN, 2006).

Nesse estudo, para calcular e analisar o nível de legibilidade dos relatórios de sustentabilidade das companhias de capital aberto que fazem parte da amostra do estudo, foram utilizadas duas fórmulas: Facilidade de Leitura *Flesch* e *Flesch Kincaid*. Esses índices se baseiam no comprimento das palavras e frases do texto. Sendo assim, para mensurar a legibilidade pelo FLF, seguindo o modelo de Martins *et al.* (1996), Silva e Fernandes (2009), Souza e Barbosa (2011), a fórmula padrão para o cálculo e interpretação é estabelecido na Equação 1:

$$\text{FLF} = 206,835 - [(1,015 \times (\text{total de palavras} \div \text{total de frases})) - [(84,6 \times \text{total de sílabas} \div \text{total de palavras})] \quad (\text{Equação 1})$$

O método de FLF categoriza a legibilidade de um texto num intervalo de 0 (baixa legibilidade) a 100 (alta legibilidade). Esse procedimento considera a quantidade de sílabas por palavras e a quantidade de palavras por sentença, dessa forma, quanto maior o tamanho das palavras e das sentenças, mais difícil se torna a leitura de um texto.

Já o método de FK, converte a legibilidade em anos de escolaridade, utilizando como limite inferior o valor de 0 (indicando baixa escolaridade, ou seja, alta legibilidade ou leitura muito fácil) e como limite superior os valores entre 30 e 35 (indicando alta escolaridade, ou seja, baixa legibilidade ou leitura muito difícil), conforme apresentado na Equação 2:

$$\text{FK} = [(0,39 \times \text{média de palavras por frase}) + (11,8 \times \text{média de sílabas por palavra})] - 15,59 \quad (\text{Equação 2})$$

Após a coleta e os cálculos de legibilidade, os dados foram tabulados em planilha eletrônica para facilitar a análise, a qual se deu por meio de estatística univariada (descritiva), bivariada (correlação) e multivariada (regressão de dados em painel). Na estatística descritiva utilizou-se o mínimo, máximo, média, mediana e desvio padrão, e na estatística bivariada utilizou-se a Correlação de Pearson. Já na estatística multivariada, os dados foram analisados por meio do modelo de regressão para dados em painel com efeito aleatório, com a finalidade

de verificar o comportamento de várias variáveis em relação a uma variável resposta, e, quantificar esta influência. Além disso, foi realizado o teste de Mann-Whitney com o propósito de analisar se a variável dependente LRS apresenta diferença significativa em comparação com os grupos das variáveis independentes categóricas nos períodos de 2018 e 2019.

O modelo de estimação considerou as variáveis descritas no Quadro 1, conforme apresentado na Equação 3:

$$\text{LRS} = \beta_0\text{it} + \beta_1\text{MBit} + \beta_2\text{LGit} + \beta_3\text{ENDit} + \beta_4\text{ROAit} + \beta_5\text{TAMit} + \beta_6\text{ISEit} + \beta_7\text{ODSit} + \beta_8\text{FINit} + \varepsilon\text{it} \quad (\text{Equação 3})$$

O teste VIF (*Variance Inflation Factor*) indicou que não existe problema de multicolinearidade para cada variável independente. O teste de Breusch-Pagan indicou que a variância dos resíduos é homogênea.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresenta-se a análise dos dados advindos da etapa de coleta, buscando atender aos objetivos propostos para o estudo, a partir dos procedimentos metodológicos descritos na seção anterior.

Inicialmente, apresenta-se a estatística descritiva da legibilidade dos relatórios de sustentabilidade. A legibilidade de um RS, a partir do modelo de leitura de Índice de *Flesch*, gera um índice que varia de 0 a 100 (sendo que: 0-25 = muito difícil; 26-50 = pouco difícil; 51-75 = fácil; 76-100 = muito fácil). A Tabela 2 demonstra essa mensuração a partir da análise dos dois anos do período pesquisado, 2018 e 2019 respectivamente.

Tabela 2 – Estatística descritiva da variável dependente LRS

Variável	Ano	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
LRS	2018	125	5,00	32,61	17,29	4,13
	2019	121	13,00	32,80	20,33	4,55

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

A média da legibilidade do ano de 2018 foi de 17,29 e as medidas de dispersão indicam valor mínimo igual a 5,00 e máximo de 32,61, com desvio padrão de 4,13. No ano de 2019, a média registrada no período foi de 20,33 e as médias de dispersão representam um valor mínimo de 13,00 e máximo de 32,80, com desvio padrão de 4,55.

A Tabela 3 apresenta a categorização das empresas que fazem parte da amostra, levando em consideração o nível de legibilidade e o nível de escolaridade, conforme o estudo de Martins *et al.* (1996).

Tabela 3 – Categorização do nível de legibilidade dos RS

Índice de Flesch	Observações	Nível de Legibilidade	Nível de Escolaridade Aproximado
0-25	221	Muito difícil	Ensino Superior completo Ensino Superior incompleto e Ensino
26-50	25	Pouco difícil	Médio completo

Fonte: adaptado de Martins *et al.* (1996) com base nos dados da pesquisa (2020).

A média da legibilidade dos anos de 2018 e 2019 apresentam um nível de leitura muito difícil de ler (Tabela 2), equiparando-se às pesquisas existentes na literatura em que observaram índices de legibilidade “difícil” ou “muito difícil” (LI, 2008; BAKAR; AMEER, 2011; STONE, 2011; LAKSMANA; TIETZ; YANG, 2012). Além disso, os resultados demonstrados na Tabela 3, traduzem esses dados de acordo com o nível de escolaridade, sendo que a média dos RS de 221 companhias equivale ao grau de Ensino Superior completo, tendo o seu nível de leitura classificado como muito difícil. Apenas 25 organizações obtiveram a média de Ensino Superior incompleto e Ensino Médio completo, com o nível de leitura categorizado como pouco difícil. Em geral, os relatórios de sustentabilidade apresentam uma baixa legibilidade.

Na sequência, apresenta-se a estatística descritiva das variáveis quantitativas de uma

amostra de 246 companhias de capital aberto listadas na [B]³, que publicaram RS nos anos de 2018 e 2019. A Tabela 4 apresenta a estatística descritiva para as variáveis legibilidade dos relatórios de sustentabilidade (LRS), margem bruta (MB), liquidez geral (LG), endividamento (END), retorno sobre ativos (ROA) e tamanho (TAM).

Tabela 4 – Estatísticas descritiva das variáveis quantitativas dos anos de 2018 e 2019

Variável	Categoria	N	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	DP	Valor-p
LRS	2018	125	5,00	32,61	17,29	17,00	4,13	<0,001***
	2019	121	13,00	32,80	20,33	19,24	4,55	
MB	2018	125	-0,59	1,00	0,37	0,32	0,24	0,096*
	2019	121	-1,05	1,00	0,36	0,32	0,25	
LG	2018	125	0,13	19,74	1,21	0,91	1,95	0,929
	2019	121	0,22	19,91	1,21	0,88	1,98	
END	2018	125	0,05	1,56	0,62	0,64	0,23	0,002***
	2019	121	0,05	1,91	0,64	0,65	0,24	
ROA	2018	125	-0,24	0,37	0,04	0,04	0,07	0,718
	2019	121	-0,26	0,37	0,04	0,04	0,06	
TAM	2018	125	12,24	21,22	16,42	16,30	1,71	<0,001***
	2019	121	12,33	21,28	16,56	16,52	1,69	

Nota: Legibilidade dos Relatórios de Sustentabilidade = LRS; Margem Bruta = MB; Liquidez Geral = LG; Endividamento = END; Retorno sobre Ativos = ROA; Tamanho = TAM.

* Significativo a 10%; ** Significativo a 5%; *** Significativo a 1%

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

Conforme os resultados demonstrados na Tabela 4, no ano de 2018 a margem bruta das organizações registrou valores superiores em comparação com 2019. Observa-se que o endividamento e os valores de ativo total (variável TAM) dessas companhias, também foram maiores no ano de 2019. O índice de legibilidade dos RS obteve médias superiores no período de 2019 se comparadas a 2018, enquanto a liquidez geral e o retorno sobre os ativos das companhias não obtiveram valores expressivos nos dois períodos analisados.

A Tabela 5 demonstra os resultados das frequências absolutas e percentuais para cada uma das variáveis qualitativas.

Tabela 5 – Frequências absolutas e percentuais das variáveis qualitativas

Variável	Ano	Categorias	N	%
Complexidade Financeira	2018	Empresa não financeira	108	86,40
		Empresa financeira	17	13,60
		Total	125	100,00
	2019	Empresa não financeira	106	87,60
		Empresa financeira	15	12,40
		Total	121	100,00
Índice de Sustentabilidade Empresarial	2018	Empresa que não tem ISE	96	76,80
		Empresa que tem ISE	29	23,20
		Total	125	100,00
	2019	Empresa que não tem ISE	92	76,03
		Empresa que tem ISE	29	23,97
		Total	121	100,00
Adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	2018	Empresa que não adere aos ODS	35	28,00
		Empresa que adere aos ODS	90	72,00
		Total	125	100,00
	2019	Empresa que não adere aos ODS	19	15,70
		Empresa que adere aos ODS	102	84,30
		Total	121	100,00

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

Percebe-se que a maioria das empresas da amostra não são financeiras, com aproximadamente 87% em cada ano. Observa-se também que tanto em 2018 como em 2019, em torno de 76% das companhias não estão listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Além disso, pode-se constatar que no ano de 2019 houve um aumento de organizações que abordaram os ODS no relatório de sustentabilidade, em comparação com o ano anterior.

A fim de identificar se existe alguma relação linear entre o Índice de Legibilidade dos Relatórios de Sustentabilidade e cada uma das variáveis quantitativas, a Tabela 6 apresenta os resultados do teste de correlação realizado para o ano de 2018.

Tabela 6 – Teste de correlação para a variável dependente LRS (2018)

Variável	Correlação	Valor-p
Margem Bruta	0,1851	0,039**
Liquidez Geral	0,1496	0,096*
Endividamento	-0,1459	0,105
Retorno sobre os Ativos	0,0428	0,636
Tamanho	-0,0338	0,708

* Significativo a 10%; ** Significativo a 5%; *** Significativo a 1%

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

De acordo com a Tabela 6, pode-se afirmar que o Índice de Legibilidade dos Relatórios de Sustentabilidade possui correlação diretamente proporcional com a Margem Bruta, ou seja, na medida em que se aumenta a Margem Bruta, o LRS tende a aumentar. Também se constatou que o Índice de Legibilidade dos Relatórios de Sustentabilidade possui correlação diretamente proporcional com a Liquidez Geral, isto é, na medida em que se aumenta a LG, o LRS tende a aumentar. As demais variáveis não apresentaram correlação significativa.

A Tabela 7 contém os resultados do teste de correlação realizado para o ano de 2019.

Tabela 7 – Teste de correlação para a variável dependente LRS (2019)

Variável	Correlação	Valor-p
Margem Bruta	-0,0121	0,895
Liquidez Geral	0,0547	0,551
Endividamento	0,0791	0,389
Retorno sobre os Ativos	-0,1439	0,115
Tamanho	0,0694	0,449

* Significativo a 10%; ** Significativo a 5%; *** Significativo a 1%

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

Como pode ser observado na Tabela 7, nenhuma variável apresentou correlação significativa no ano de 2019.

Posteriormente, com o objetivo de identificar se o LRS apresenta diferença significativa de acordo com os grupos das variáveis categóricas em cada ano, foi utilizado o teste de comparações de Mann-Whitney após identificada a não normalidade das categorias via teste Shapiro-Wilk. Os resultados para o teste não paramétrico de comparações no ano de 2018 estão alocados na Tabela 8.

Tabela 8 – Teste Mann-Whitney para LRS (2018)

Variável	Categoria	N	Média	Valor-p
Complexidade Financeira	Empresa não financeira	108	17,05	0,006***
	Empresa financeira	17	19,22	
Índice de Sustentabilidade Empresarial	Empresa que não tem ISE	96	17,27	0,641
	Empresa que tem ISE	29	17,58	
Adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Empresa que não adere aos ODS	35	17,29	0,854
	Empresa que adere aos ODS	90	17,36	

* Significativo a 10%; ** Significativo a 5%; *** Significativo a 1%

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

Conforme a Tabela 8, pode-se afirmar que empresas financeiras apresentaram um maior Índice de Legibilidade dos Relatórios de Sustentabilidade em 2018. As demais variáveis não apresentaram valores significativos neste mesmo período. A Tabela 9 demonstra os resultados do ano de 2019.

Tabela 9 – Teste Mann-Whitney para LRS (2019)

Variável	Categoria	N	Média	Valor-p
Complexidade Financeira	Empresa não financeira	106	20,72	0,645
	Empresa financeira	15	19,96	
Índice de Sustentabilidade Empresarial	Empresa que não tem ISE	92	20,40	0,158
	Empresa que tem ISE	29	21,35	
Adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Empresa que não adere aos ODS	19	17,90	0,003***
	Empresa que adere aos ODS	102	21,13	

* Significativo a 10%; ** Significativo a 5%; *** Significativo a 1%

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

A partir dos resultados apresentados, observa-se que as empresas que aderem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos seus RS, apresentaram um maior Índice de Legibilidade dos Relatórios de Sustentabilidade em 2019. As demais variáveis não apresentaram valores significativos neste mesmo período.

Por fim, a intenção de verificar o comportamento das variáveis FIN, MB, LG, END, ROA, LOG, ISE e ODS em relação a variável resposta LRS, e quantificar esta influência, foi realizado o ajuste de modelo painel desbalanceado, isto é, a quantidade de empresas observadas em cada ano não foi a mesma. O modelo mais adequado mostrou-se com efeitos aleatórios, pois não se consegue estruturar a matriz de variâncias e covariâncias. Os resultados para o modelo ajustado estão alocados na Tabela 10.

Tabela 10 – Modelo para dados em painel

Variáveis	Estimativa	Erro	Valor-Z	Valor-p	VIF
Intercepto	18,11	3,64	4,97	<0,001***	
Empresa financeira (FIN1)	0,55	1,08	0,51	0,612	1,51
Margem Bruta	0,87	1,41	0,62	0,536	1,30
Liquidez Geral	0,18	0,18	1,04	0,299	1,35
Endividamento	0,22	1,67	0,13	0,896	1,80
Retorno sobre os Ativos	-3,70	4,89	-0,76	0,449	1,44
Logaritmo da variável de Tamanho do Ativo	-0,07	0,22	-0,34	0,732	1,62
Empresa que tem ISE (ISE1)	0,42	0,76	0,56	0,577	1,19
Empresa que adere aos ODS (ODS1)	1,77	0,78	2,28	0,023**	1,18

* Significativo a 10%; ** Significativo a 5%; *** Significativo a 1%

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

Observando a Tabela 10, percebe-se uma quantidade alta de variáveis não significativas, mas ao retirar essas variáveis do modelo, os pressupostos aplicados aos resíduos não foram atendidos, o que implica que ainda assim as variáveis são importantes para o modelo. Porém, pode-se constatar que empresas que aderem aos ODS apresentaram índices de legibilidade dos relatórios de sustentabilidade estatisticamente maiores daqueles das empresas que não aderem.

Esse resultado torna-se coerente com os estudos semelhantes na literatura (ARMINEN *et al.*, 2018; ROSATI; FARIA, 2019), que indicam que as companhias com maiores índices de RSC são propensas a abordar os ODS em seus RS. Entretanto, a literatura existente não apresenta evidências empíricas que comprovem os achados da Tabela 10, de que organizações que fazem a adesão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são propensas a

demonstrem maiores índices de legibilidade em seus relatórios de sustentabilidade.

Segundo Hahn e Kühnen (2013), existem inúmeros fatores internos que interferem nas decisões das companhias em aderir aos ODS e divulgar seus compromissos com a sustentabilidade em seus relatórios. Companhias que implementam ODS tendem a ter diversas condições positivas para a sua imagem corporativa, por exemplo, fornecimento de incentivos para investimento, implementação e publicação nos relatórios de RS. A implementação ou não dos ODS nos relatos da empresa pode variar dependendo do ambiente interno da organização e da particularidade de cada país (ROSATI; FARIA, 2019).

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As organizações buscam construir constantemente sua reputação no mercado, preocupando-se cada vez mais com as suas atitudes que impactam diretamente nas suas ações pelo desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas, garantindo a integridade ambiental dos seus produtos e serviços, conduzindo à oportunidade da divulgação dos relatórios que demonstrem a Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Este estudo teve como objetivo analisar se os aspectos relacionados com o comportamento socialmente responsável influenciam na legibilidade dos relatórios de sustentabilidade em companhias abertas listadas na [B]³.

A literatura existente possibilitou observar os estudos anteriores já publicados, em que não existem evidências claras sobre o impacto do comportamento socialmente responsável sobre a legibilidade. Os procedimentos utilizados para a realização deste estudo permitiram obter uma amostra de 246 empresas, sendo 125 do ano de 2018 e 121 do ano de 2019, listadas na Bolsa de Valores do Brasil, que divulgaram relatórios de sustentabilidade.

Os resultados mostraram que os RS publicados pelas companhias nos anos de 2018 e 2019 apresentam uma baixa legibilidade, demonstrando que somente o público com Ensino Superior completo ou acima, consegue compreender o conteúdo desses relatos, o que prejudica a comunicação entre a empresa e usuário de nível de escolaridade menor, quando se trata de uma primeira leitura.

Porém, pode-se observar que as empresas classificadas como financeiras registraram maiores índices de legibilidade em aspectos como a Margem Bruta e a Liquidez Geral no ano período de 2018. Constatou-se também uma maior adesão dos ODS nos relatórios divulgados em 2019, uma diferença de 12,3% a mais se comparado com o ano de 2018, o que significa uma influência positiva no índice de legibilidade dos relatórios de sustentabilidade. Diante disso, entende-se que a sustentabilidade tem um papel muito importante para dar continuidade aos direcionamentos dos negócios no mercado.

Esse artigo contribui para a literatura sobre a legibilidade, desenvolvimento sustentável e relatórios de sustentabilidade. De forma particular, esse estudo apontou que empresas que aderem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e abordam o tema em seus RS, tendem a apresentar maiores níveis de legibilidade. Observa-se que este aspecto, ainda não havia sido citado ou evidenciado em pesquisas já publicadas na literatura nacional e internacional.

Como sugestões para estudos futuros, sugere-se avaliar outros indicadores que possam vir a influenciar na legibilidade dos RS, como por exemplo, o número de colaboradores, valores das ações, segmento de mercado, aspectos da cultura organizacional da empresa e internacionalização. Além disso, recomenda-se a comparação da influência dos aspectos do comportamento socialmente responsável na adesão dos ODS.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. R. **Administração verde: o caminho sem volta da sustentabilidade ambiental nas organizações**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. 288 p.
- ARMINEN, H.; PUUMALAINEN, K.; PATARI, S.; FELLNHOFER, K. Corporate social

performance: inter-industry and international differences. **Journal of Cleaner Production**, v. 177, p. 426-437, 2018.

AZEVEDO, J. B.; ENDE, M. V.; WITTMANN, M. L. Responsabilidade social e a imagem corporativa: o caso de uma empresa de marca global. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2016.

B3. **Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Bolsa de Valores de São Paulo. São Paulo, set. 2018. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/noticias/relate-ou-explique-para-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods.htm. Acesso em: 23 out. 2020.

BAKAR, A. S. A.; AMEE, R. Readability of corporate social responsibility communication in Malaysia. **Readability of Corporate Social Responsibility communication in Malaysia**, v. 18, n. 1, p. 50-60, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.240>.

BEATTIE, V.; MCINNES, B.; FEARNLEY, S. A methodology for analysing and evaluating narratives in annual reports: a comprehensive descriptive profile and metrics for disclosure quality attributes. **Accounting Forum**, 28:205-236, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.accfor.2004.07.001>.

CALIXTO, L. A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 48, n. 4, p. 828-842, 2013.

CARROLL, A. B. Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. **Business & Society**, v. 38, n. 3, p. 268-295, 1999.

COURTIS, J. K. Readability of annual reports: Western versus Asian evidence. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 8, n. 2, p. 4-17, 1995.

CUNHA, R. K. C. da. **Análise da facilidade de leitura das demonstrações contábeis das empresas brasileiras: uma investigação do gerenciamento de impressões nas narrativas contábeis**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa Multi institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2008.

CURTIS, E. B. The elementary economics of social dilemmas. **Canadian Journal of Economics/Revue canadienne d'économie**, v. 37, n. 4, p. 805-829, 2004.

DALLABONA, L. F.; GONÇALVES, M.; RADLOFF, E. G. Fatores determinantes da composição e endividamento das empresas listadas na BM&FBovespa entre os mandatos presidenciais Lula (2007-2010) e Dilma (2011-2014). **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 6, n. 3, p. 54-74, 2018.

DAUB, C. H. Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. **Journal of Cleaner Production**, v. 15, p. 75-85, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2005.08.013>.

DAVIS, K. Five Propositions for Social Responsibility. **Business Horizons**, v. 18, n. 3, p. 19-24, 1975.

DIAS, E. A.; BARROS, L. A. Sustentabilidade empresarial e retorno ao acionista: um estudo sobre o ISE. ENANPAD. **Anais... ANPAD**, Rio de Janeiro, 2018.

FERNANDES, J. L. T.; SILVA, C. A. T. Legibilidade dos fatos relevantes no Brasil. **RAC – Eletrônica**, v. 3, n. 1, p. 142-158, 2009.

FIFKA, M. Corporate responsibility reporting and its determinants in comparative perspective – a review of the empirical literature and a meta-analysis. **Business Strategy and the**

Environment, v. 22, n. 1, p. 1–35, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1002/bse.729>.

FRANSEN, L. The embeddedness of responsible business practice: exploring the interaction between national-institutional environments and corporate social responsibility. **Journal of Business Ethics**, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s10551-012-1395-2>.

FREEMAN, R. E.; MOUTCHNIK, A. Stakeholder management and CSR: questions and answers. In: Umwelt Wirtschafts Forum. **Springer Verlag**, v. 21, n.1-2, p. 5-9, 2013. DOI: 10.1007/s00550-013-0266-3.

GENELOT, D. **Manager dans la complexité** — réflexions à l'usage des dirigeants. 3. ed. Paris: Insep Consulting, 2001.

GOLOB, U.; BARTLETT, J. L. Communicating about corporate social responsibility: a comparative study of csr reporting in australia and slovenia. **Public Relations Review**, v. 33, n. 1, p. 1-9, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.pubrev.2006.11.001>.

GRAY, R.; OWEN, D.; MAUNDERS, K. Corporate social reporting: Emerging trends in accountability and the social contract. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 1, n. 1, p. 6-20, 1988. DOI: <http://dx.doi.org/10.1108/EUM0000000004617>.

GRI – Global Reporting Initiative. News Center. 2019. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/about-gri/news-center/>. Acesso em: 23 out. 2020.

GRI – Global Reporting Initiative. News Center. 2020. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/about-gri/news-center/>. Acesso em: 23 out. 2020.

GUANDALINI, I.; SUN, W.; ZHOU, L. Assessing the implementation of Sustainable Development Goals through switching cost. **Journal of Cleaner Production**, v. 232, p. 1430-1441, 2019.

GUBIANI, C. A., SANTOS, V., BEUREN, I. M. Disclosure ambiental das empresas de energia elétrica listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 7-23, 2012.

HAHN, R.; KÜHNEN, M. Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. **Journal of Cleaner Production**, v. 59, p. 5-21, 2013.

HANCOCK, C.; GOORHA, S.; WOODWORTH, M. Only in gand being lied to: a linguistic analysis of deception in computer-mediated communication. **Discourse Process**, v. 45, p. 1-23, 2007.

HARRIS, T. L.; HODGES, R. E. **The literacy dictionary, the vocabulary of reading and writing**. Newark, DE, USA: International Reading Assn, 1995.

JIZI, M. The influence of board composition on sustainable development disclosure. **Business Strategy And The Environment**, v. 26, n. 5, p. 640-655, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1002/bse.1943>.

KIM, Y.; PARK, M. S.; WIER, B. Is earnings quality associated with corporate social responsibility? **The Accounting Review**, v. 87, n. 3, p. 761–796, 2012.

KOULOOUKOU, D.; GOMES, S. M. S.; MARINHO, M. M. O.; TORRES, E. A.; KIPERSTOK, A.; JONG, P. Disclosure of climate risk information by the world's largest companies. **Mitigation and adaptation strategies for global change**, v. 23, n. 8, p. 1251-1279, 2018.

LAKSMANA, I.; TIETZ, W.; YANG, Y. Compensation discussion and analysis (CD&A):

readability and management obfuscation. **Journal Of Accounting And Public Policy**, v. 31, n. 2, p. 185-203, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2011.08.003>.

LANDRUM, N. E.; OHSOWSKI, B. Identifying worldviews on corporate sustainability: a content analysis of corporate sustainability reports. **Business Strategy and the Environment**, v. 27, n. 1, 128–151, 2017.

LAWRENCE, A. Individual investors and financial disclosure. **Journal Of Accounting And Economics**, v. 56, n. 1, p. 130-147, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jacceco.2013.05.001>.

LEHAVY, R.; LI, F.; MERKLEY, K. The effect of annual report readability on analyst following and the properties of their earnings forecasts. **The Accounting Review**, v. 86, n. 3, p. 1087–1115, 2011. DOI: <https://doi.org/10.2308/accr.00000043>.

LI, F. Annual report readability, current earnings, and earnings persistence. **Journal Of Accounting And Economics**, v. 45, n. 2-3, p. 221-247, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jacceco.2008.02.003>.

LO, K.; RAMOS, F., ROGO, F. Earnings management and annual report readability. **Journal of Accounting and Economics**, v. 63, n. 1, p. 1-25, 2017.

LOPES, I. F.; KAVESKI, I. D. S.; BEUREN, I. M.; THEISS, V. Relação entre a remuneração dos executivos e a estrutura de endividamento de empresas listadas na [B]³ - Brasil, Bolsa, Balcão. **Gestão & Regionalidade**, v. 35, n. 106, p. 177-196, 2019.

LORETO, B. G. S.; AZEVEDO, T. C.; MARIANO, T. L. A. B. Responsabilidade social corporativa à luz da Agenda 2030: experiência na gestão de uma empresa contábil baiana. In: EVENTO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 20., 2018, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENGEMA, 2018.

LOUGHRAN, T.; MCDONALD, B. Measuring readability in financial disclosures. **The Journal of Finance**, v. 69, n. 4, p. 1643-1671, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/jofi.12162>.

LUNDHOLM, R. J.; ROGO, R.; ZHANG, J. L. Restoring the tower of Babel: How foreign firms communicate with US investors. **The Accounting Review**, v. 89, n. 4, p. 1453-1485, 2014.

MARTINS, T. B. F.; GHIRALDELO, C. M.; NUNES, M. das G. V.; OLIVEIRA JUNIOR, O. N. de. **Readability formulas applied to textbooks in brazilian portuguese**. Sao Carlos: Icmssc-Usp, 1996.

MCGUIRE, J. **Business and Society**. New York: McGraw-Hill, 1963.

MENEZES, T. A. N. de; GALDI, F. C. O efeito da sustentabilidade sobre a legibilidade das notas explicativas. In: CONGRESSO ANPCONT, 13, São Paulo, 2019. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Anpcont, 2019.

MOTA, M. de O.; MAZZA, A. C. A.; OLIVEIRA, F. C. de. Uma análise dos relatórios de sustentabilidade no âmbito ambiental do Brasil: sustentabilidade ou camuflagem? **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 10, n. 1, p. 69-80, 2013. DOI: 10.4013/base.2013.101.06.

ÖBERSEDER, M.; SCHLEGELMILCH, B. B.; MURPHY, P. E. CSR practices and consumer perceptions. **Journal of Business Research**, v. 66, n. 10, p. 1839–1851, 2013.

ODRIOZOLA, M. D.; BARAIBAR-DIEZ, E. Is corporate reputation associated with quality of CSR reporting? Evidence from Spain. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 24, p. 121–132, 2017.

- OLIVEIRA, J. A. P. de. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 187 p.
- PEREIRA, N. S. P.; PEREIRA, C. A.; MONTEIRO, R. P.; PAIXÃO FILHO, J. M. Relatórios de sustentabilidade: ferramenta de *interface* no desempenho social, econômico e ambiental das organizações. **RAGC**, v. 3, n. 5, p. 55-70, 2015.
- PINHEIRO, B. G.; VASCONCELOS, A. C.; LUCA, M. M. M.; CRISÓSTOMO, V. L. Estrutura de capital e governança corporativa nas empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 11, n. 4, p. 451-466, 2017.
- ROSATI, F.; FARIA, L. G. D. Addressing the SDGs in sustainability reports: The relationship with institutional factors. **Journal of Cleaner Production**, v. 215, p. 1312-1326, 2019.
- SCHONS, L.; STEINMEIER, M. Walk the talk? How symbolic and substantive CSR actions affect firm performance depending on stakeholder proximity. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 23, n. 1, p. 358–372, 2016.
- SERTEK, P.; GUINDANI, R. A.; MARTINS, T. S. **Administração e planejamento estratégico**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. 274 p.
- SOUSA, C. B. de; SILVA, A. F. da; RIBEIRO, M. de S.; WEFFORT, E. F. J. Valor de mercado e disclosure voluntário: estudo empírico em companhias listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Ambiente Contábil – UFRN**, Natal, v. 6, n. 1, p. 94-115, 2014.
- SOUZA, L. de M.; BARBOSA, F. R. Legibilidade dos formulários de referência das empresas participantes dos níveis de governança corporativa no Brasil. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 8., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EAC/FEA/USP, 2011.
- STONE, G. W. Readability of accountants' communications with small business—Some Australian evidence. **Accounting Forum**, v. 35, n. 4, p. 247-261, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.accfor.2010.12.001>.
- UYAR, A.; KILIÇ, M. Value relevance of voluntary disclosure: evidence from turkish firms. **Journal Of Intellectual Capital**, v. 13, n. 3, p. 363-376, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1108/14691931211248918>.
- WALTER, M. A.; BRAGA, H. R. **Demonstrações financeiras: um enfoque gerencial**. São Paulo: Saraiva, 1979.
- WALTON, C. C. **Corporate social responsibilities**. Belmont, Wadsworth Pubhshing, 1967.
- WANG, Z.; HSIEH, T.; SARKIS, J. CSR Performance and the Readability of CSR Reports: Too Good to be True? **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 25, p. 66-79, 2017.
- YOU, H.; ZHANG, X. Financial reporting complexity and investor underreaction to 10-K information. **Review of Accounting Studies**, v. 14, n. 4, p. 559–586, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11142-008-9083-2>.